



CALRE 2017

Resolução sobre a planejada Task-Force sobre subsidiariedade e proporcionalidade da Comissão Europeia

As Assembleias Legislativas Regionais da União Europeia uniram-se a CALRE (CONFERÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS REGIONAIS DA UNIÃO EUROPEIA), com o especial propósito de promover o princípio de subsidiariedade.

O princípio de subsidiariedade obriga a União Europeia e as suas instituições a assegurarem o exercício dos poderes da forma mais próxima possível aos cidadãos.

- O artigo 5 (3) do Tratado da União Europeia e o Protocolo (n.º 2) de aplicação dos princípios de subsidiariedade e proporcionalidade determinam o exercício das competências da UE.
- Além disto, segundo o art. 4. 2. 1 TUE a União Europeia deve respeitar as estruturas políticas e constitucionais fundamentais de cada um deles, incluindo no que se refere à autonomia local e regional, no processo legislativo.
- O Tratado de Lisboa introduziu a referência explícita à dimensão subnacional do princípio de subsidiariedade, e tornou possível que os parlamentos regionais com competências legislativas possam participar no mecanismo “ex-ante” de alerta precoce.

Segundo o Estatuto da CALRE aprovado pela Assembleia Plenária em Santiago de Compostela nos dias 7 e 8 de novembro de 2014, Título 1, artigo 1.3, a CALRE compromete-se a garantir o respeito e consolidação do princípio de subsidiariedade no âmbito da União Europeia.

Conforme o TUE e o Estatuto da CALRE, as Assembleias Regionais com competências legislativas devem fortalecer o diálogo direto com a Comissão Europeia, sendo o facto de as mesmas serem ouvidas considerado um progresso positivo essencial para as Regiões, bem como o caso de os cidadãos das regiões poderem manifestar de forma real as suas opiniões em Europa.



A CALRE acolhe positivamente a declaração do Presidente Jean-Claude Juncker durante o seu Estado da União o 13 de setembro de 2017, segundo a qual criará brevemente uma task-force sobre subsidiariedade e proporcionalidade na Comissão Europeia. Contudo, os Parlamentos Regionais não foram mencionados juntos ao Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais no Estado da União.

Neste sentido, o grupo de trabalho sobre subsidiariedade da CALRE decidiu pedir à Assembleia Plenária da CALRE que aprove a presente resolução e solicite:

1. A participação de dois representantes de parlamentos regionais com competências legislativas na task-force sobre subsidiariedade e proporcionalidade citada pelo Presidente Juncker no Estado da União.
2. Lançar um apelo a todos os parlamentos regionais para intensificar o uso de REGPEX, a base de dados do Comité das Regiões, para otimizar o intercâmbio de informação.
3. Incluir um breve sumário em inglês a cada uma das opiniões emitidas por parlamentos regionais com poder legislativo.

Sevilha, 9 de novembro de 2017